

## O PAPEL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

Rosimeire Cristina Andreotti<sup>1</sup>

Michele Salette Reis<sup>2</sup>

Marli Terezinha Wagner Adams<sup>3</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é investigar o papel do docente do ensino superior na sociedade globalizada e, no âmbito dessa abordagem, situar a importância desse profissional como principal responsável pela preparação da massa trabalhadora que atenderá a sociedade de seu tempo. Em razão disso, foi feita uma análise da tríplice relação existente entre capitalismo, globalização e educação. Logo, uma abordagem histórica se fará indispensável para que seja possível, ainda que em breves palavras, expor uma perspectiva perversa do processo educacional, mostrando a sala de aula como uma preparação para a fábrica. Hoje, com a globalização, o mercado de trabalho passa a exigir um profissional mais dinâmico e criativo, diferente daquele operário da linha de produção. Assim, recai novamente sobre os ombros do professor a responsabilidade preparar esse profissional. Isso obriga o docente a assumir uma nova postura frente ao que dele agora é esperado, que vai desde a atualização permanente, como a reinventar sua prática de ensino de modo a ressignificar sua disciplina para a vida do aluno, sem deixar de lado o uso das tecnologias. A metodologia utilizada é do tipo qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica como método de coleta de informações, a fim de obter o suporte teórico adequado para abordagem do tema. Compreende-se que o professor é peça fundamental no processo de ensino e, como tal, deverá ser capaz de gerir o conhecimento, transmitindo uma visão crítica da disciplina que ministra e, mais importante do que isso, do mundo que o rodeia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Globalização. Educação. Ensino Superior.

---

<sup>1</sup> Especialista em Docência no Ensino Superior. Professora no UniCathedral – Centro Universitário. Advogada (OAB/MT 24038). Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – FACISA e Licenciada em Letras/Literatura pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Email: [rosicrys@hotmail.com](mailto:rosicrys@hotmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em Ensino de Geo-História IMP/MT. Professora no UniCathedral – Centro Universitário nos Cursos de Graduação em Direito e Pedagogia. Email: [michelereis92@hotmail.com](mailto:michelereis92@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Educação nas Ciências – UNIJUÍ/RS, Professora de Rede Pública em Barra do Garças/ Mato Grosso (Escola Estadual “Antonio Cristino Côrtes”) e no UniCathedral – Centro Universitário. Email: [marliwadams@gmail.com](mailto:marliwadams@gmail.com)

## THE ROLE OF HIGHER EDUCATION TEACHERS IN THE GLOBALIZED

**ABSTRACT:** The purpose of this study is to investigate the role of the higher education teacher in a globalized society and, within the framework of this approach, to situate the importance of this professional as the main responsible for the preparation of the working mass that will attend the society of its time. Wherefore, an analysis of the triple relationship between capitalism, globalization and education was made. Thus, a historical approach, even in brief words, will become indispensable to expose a perverse perspective of the educational process, showing the classroom as a preparation for the factory. Today, with the globalization, the labor market starts to demand a more dynamic and creative professional, different from that worker of the production line. Thus, it falls again on the teacher's shoulders the responsibility to prepare this professional. This forces the teacher to take a new position opposite to what it is now expected, ranging from permanent update as to reinvent their practice so teaching to reframe their discipline for the student's life, without forgetting the use of technologies. The methodology used is qualitative, with bibliographical research as a method of collecting information, in order to obtain adequate theoretical support to approach the theme. It is understood that the teacher is a key part in the teaching process and as such should be able to manage knowledge, conveying a critical view of the discipline he teaches and, more importantly, the world around him.

**KEYWORDS:** Capitalism. Globalization. Education. Higher education.

### INTRODUÇÃO

Discutir acerca da extensão da Globalização, bem como de seus impactos, é tema recorrente nos mais diversos setores da sociedade. Esse fenômeno sempre acaba tomando a proporção da mudança que provocou, já que é capaz de alterar o modelo antigo de vida, pondo em seu lugar uma forma mais dinâmica e desafiadora de viver.

Independente da origem desse processo, a proposta deste estudo é discutir, ainda que em breves palavras, o impacto da globalização num setor específico da sociedade, o setor da Educação. Isso porque em nenhum outro setor sua influência é tão significativa no sentido de expandir seus efeitos. Já que o ato de educar, não será admitido aqui não como o simples ato estéril de letramento mecanizado a fim de reduzi-lo a mero reproduzidor das influências capitalistas e submisso à estrutura social do qual faz parte, e sim como um ato político, capaz de fazer germinar no educando sua criticidade.

É importante salientar que, em primeira instância, será discutido aqui uma perspectiva perversa da educação, já que será revelada sua face manipuladora, capaz de transformar o espaço da sala de aula em possíveis redutos de adestramento da massa trabalhadora da qual a sociedade capitalista tinha necessidade num determinado contexto histórico.

Em seguida, esse estudo será dedicado a compreender a tríplice relação existente entre o capitalismo, a globalização e a educação. Trata-se de uma relação indissociável que culminará

nas deferentes formas de se conceber o papel do professor, em especial o que milita no Ensino Superior, já que este é um dos responsáveis por formar a massa trabalhadora da sociedade de seu tempo.

Repousa aí a relevância de se investigar qual o papel do Docente do Ensino Superior na Sociedade Globalizada. Desafio que requer uma breve retomada histórica da trajetória da educação, evidenciando-a como recurso posto a serviço dos interesses do capital, independente de sua época. Posteriormente serão verificadas as influências da Globalização no campo educacional para finalmente analisar as influências desse processo no Ensino Superior e seus reflexos na atividade docente.

O delineamento do estudo proposto terá natureza aplicada, tendo a pesquisa qualitativa como responsável por analisar informações subjetivas. Para tanto, indispensável será a pesquisa bibliográfica de autores renomados que tratam do tema tais como Enguita (1989), Santos (2003), Freire (1987), Gil (2008), Demo (2008), todos reconhecidos nesse campo estudo. Além disso, com o auxílio do método dedutivo, será possível utilizar as teorias dos autores mencionados como premissas gerais para explicar fenômenos particulares por meio do procedimento monográfico.

## **1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E A QUE INTERESSES ELA DEVERIA SERVIR**

Desde as sociedades primitivas, crianças e adolescentes recebiam certos treinamentos que os auxiliassem na vida adulta. Na Idade Média não era diferente. Contudo, a própria família, devido ao laço afetivo, era substituída por outra que assumiria o compromisso de ensinar os jovens.

Era comum que os jovens nobres que serviam em casa de uma família alheia fossem colocados a cargo de um preceptor, assim como os artesãos que acolhiam as crianças alheias para ensinar-lhes o ofício comprometiam-se, além disso, a ensinar-lhes a ler e a escrever ou a enviá-las à escola, embora, em ambos os casos, o ensino literário desempenhasse um papel marginal. (ENGUITA, 1989, p. 108).

Já em plena Idade Contemporânea, após emergir das profundezas de um absolutismo decapitado, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, Napoleão Bonaparte, como brilhante estrategista que era, já considerava a necessidade de se educar o povo, mesmo sendo consciente da prudência com que isso deveria acontecer.

A via intermediária era a única que podia suscitar o consenso das forças bem-pensantes: educá-los, mas não demasiadamente. O bastante para que aprendessem a respeitar a ordem social, mas não tanto que pudessem questioná-la. O suficiente para que conhecessem a justificação de seu lugar nesta vida, mas não a ponto de despertar neles expectativas que lhes fizessem desejar o que não estavam chamados a desfrutar (ENGUIITA, 1989, p. 112).

Com a consolidação do capitalismo, que pôs a indústria a todo vapor, a burguesia astutamente, na busca de sua perpetuação no poder, entendia que era necessário dar educação aos descendentes dos camponeses como forma de torná-los dóceis e disciplinados para a fábrica. Ou seja, ensinar seria formar a mão de obra necessária para produzir lucro burguês.

Dessa forma, o esclarecimento intelectual deveria ocorrer de forma comedida, tendo em vista que desenvolver o pensamento crítico da classe operária poderia ser prejudicial à manutenção da estrutura da sociedade.

Os pensadores da burguesia em ascensão recitaram durante um longo tempo a ladainha da educação para o povo. Por um lado, necessitavam recorrer a ela para preparar ou garantir seu poder [...]. Por outro, entretanto, temiam as consequências de ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando níveis mais baixos da sociedade, pois isso poderia alimentar neles ambições indesejáveis (ENGUIITA, 1989, p. 110).

Nesse momento, a educação de massa assume o definitivo papel de formação de mão de obra para a fábrica. E, em muitos casos, seguia-se a premissa de que quanto menos educação melhor, pois bastaria ao trabalhador aprender o que lhe seria elementar para permanecer na situação de exploração em que se encontrava sem questionamentos.

As coisas não foram muito diferentes na Inglaterra Industrial. Ao analisar os efeitos das leis sobre educação de 1833, os inspetores das fábricas encontraram uma opinião bastante generalizada entre os patrões, era a de que, quanto menos educação recebesse o trabalhador, melhor (ENGUIITA, 1989, p. 113).

Enquanto a industrialização na Europa seguia a passos largos, em solo brasileiro o processo de transformação de matéria prima só foi possível no final do século XIX, quando o lucro proveniente da exploração do café foi investido em fábricas de tecidos e calçados, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Antes disso, o Brasil colonial assumia apenas posição de consumidor dos produtos estrangeiros, impedido de desenvolver a indústria nacional por expressa proibição da metrópole portuguesa. Essa situação permaneceu assim mesmo depois da vinda da Família Real, em 1808. Mesmo que nessa época e até muitos anos depois disso, o ensino tenha ficado a cargo dos liceus

provinciais e reservado aos filhos dos nobres, foi esse o período embrionário do ensino superior em terras brasílicas.

É em razão da defesa militar que são criadas, em 1808, a Academia Real da Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar (que em 1858, passou a chamar-se Escola Central; em 1874, Escola Politécnica, e hoje é a Escola Nacional de Engenharia), a fim de que atendesse a formação de oficiais e engenheiros civis e militares. Em 1808 é criado o curso de cirurgia e anatomia, no Rio. No ano seguinte, nesta mesma cidade organiza-se o de medicina. Todos esses visam atender à formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha (RIBEIRO, 2003, p. 41).

Vitimado, até então, com a proibição de criação de instituições no país, o Brasil, ao se tornar sede da coroa portuguesa, vivencia a inauguração do ensino superior em suas terras, não dependendo mais da concessão de bolsas de estudo em Coimbra para os filhos dos colonos. A esse respeito Lopes (2003, p. 154) lembra que “durante todo o período imperial (1822-1889), o ensino superior ganhou mais densidade”.

Foi só com a instauração da República (1889) que a educação sofreu mudanças que se consolidaram na Era Vargas. No período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, a indústria nacional também foi impulsionada com grande fervor, já que o então presidente ambicionava tornar o país industrialmente independente.

Paralelamente a isso, era nítida a preocupação de Getúlio Vargas com os rumos educacionais do país. Uma educação que atendesse aos interesses da indústria. Prova disso é a promulgação, em 1942, do Decreto-Lei Nº 4.073, a Lei orgânica do ensino industrial e a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – que visavam à formação de recursos humanos que pudessem atender às indústrias, além do ramo de serviços técnicos e tecnológicos.

Esse fato demonstra preocupação de tornar a sala de aula um lugar de preparação para a fábrica. Nesse momento a educação se apresenta apenas como doutrinadora, sem nenhuma pretensão para a formação crítica do aluno. Nesse cenário o professor assume o posto de autoridade inquestionável cujo conhecimento seria imposto aos alunos. Em sala de aula será ele quem decidirá o que e como será ensinado.

Esse formato de educação foi definido por Paulo Freire como educação “bancária”. O professor, sendo o único que sabe e pensa, tem os alunos como seres incapazes de pensar que, inertes, receberão todo conhecimento. A esse respeito Freire (1987, p. 34) menciona que “na medida em que essa visão bancária anula o poder criador dos educandos ou o minimiza,

estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, nem sua transformação”.

Evidencia-se, dessa forma, que a educação serve aos interesses da classe dominante que se guia pelo capital. Intencionalmente a sala de aula passa a servir aos propósitos mais estratégicos que simplesmente a alfabetização. Trata-se de um espaço que privilegia especialmente a disciplina, a ordem e a submissão.

A questão não era ensinar um certo montante de conhecimentos no menor tempo possível, mas ter os alunos entre paredes da sala de aula submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo suficiente para domar seu caráter e dar a forma adequada a seu comportamento. [...] Esta ênfase na disciplina converteu as escolas em algo muito parecido aos quartéis ou aos conventos beneditinos (ENGUITA, 1989, p. 116-117).

É claro que o letramento fazia parte das atividades do ambiente escolar. Contudo, domar o comportamento e tornar o futuro operário dócil e obediente era a principal intenção da Instituição de Ensino. A esse respeito, Freire (1987, p. 34) afirma que “[...] na verdade, o que pretendem os opressores ‘é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime’, e isso para que melhor adaptando-os a esta situação, melhor os domine”.

Se o governo de Getúlio Vargas incentivou o crescimento do parque industrial brasileiro, seu sucessor, Juscelino Kubitschek, que governou o Brasil entre os anos de 1956 e 1960, foi o responsável por dar uma nova roupagem à indústria nacional. Isso porque, nessa época, multinacionais, principalmente do ramo automobilístico, se instalaram em solo brasileiro. Montadoras de veículos Ford, General Motors, Volkswagen passaram a produzir seus veículos, agora em território nacional.

Nesse momento, além do capital internacional, entra também em terras brasileiras uma nova forma de organizar a produção nas fábricas. Idealizada por um engenheiro mecânico e popularizada por Henry Ford, cujo nome originou a famosa marca automobilística norte-americana, o fordismo visava a divisão técnica do trabalho como forma de extrair o máximo de produtividade possível do operário. Isso porque, nesse modo de produção, o operário executaria uma pequena tarefa de forma repetitiva, que significava uma pequena ação na linha de montagem.

Essa concepção de comportamento também passou a estar presente na escola. Pois assim como o operário passava a ver seu trabalho fragmentado, sem ter ideia do todo, no ensino o conhecimento também passou a ser transmitido de forma desconectada e o aluno, assim como o operário, além de não ter ideia do todo, recebia, apático esse conhecimento.

A escola reproduz sob múltiplas formas a divisão do trabalho imperante na sociedade. A mais elementar dessas formas, embora não a mais importante, é sua divisão interna. [...] o papel mais importante da escola na reprodução da divisão do trabalho diz respeito a um aspecto mais preciso desta: a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (ENGUITA, 1989, p. 200-201).

A instituição escolar em muito contribuiu para que a divisão do trabalho fosse vista com naturalidade e com passividade pela sociedade trabalhadora. Essa contribuição ocorreu com a própria organização da escola. Organização presente no currículo, na separação de matérias teóricas e especialização de professores para cada área, além da nítida cisão entre teoria e prática.

Todas essas ações contribuía para que o aluno recebesse os conteúdos de forma desconexa, não sendo capaz de correlacioná-los. Essa incapacidade por sua vez contribuiu para a inibição da criatividade do educando e, conseqüentemente, uma segregação entre o trabalho manual e intelectual, sendo assim assimilada naturalmente pelo futuro trabalhador.

Apesar dos grandes avanços legislativos voltados à questão da educação que aconteceram no governo de JK, foi João Goulart, que promulgou em 1961 a Lei Nº 4.024, primeira lei que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse documento havia um capítulo dedicado exclusivamente ao ensino técnico, cujo objetivo principal era a formação de mão de obra para a fábrica.

Posteriormente, no período caracterizado pela Ditadura Militar, a segunda LDB, Lei Nº 5.692 de 1971, foi promulgada, regulamentando o ensino de 1º e 2º graus, além de outras alterações. Todas para atender às exigências impostas pelo acordo MEC/USAID (*United States Agency for International Development*). Esse acordo instituiu profundas alterações na estrutura educacional do país, pondo fim ao PNA (Plano Nacional de Alfabetização) método crítico de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire e vigente em todo país, desde o governo de João Goulart. Em seu lugar foi instituído o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com a promessa de erradicar o analfabetismo no país. Promessa que não foi cumprida.

Contudo, o que resta a ser observado é a manobra feita pela classe para se manter no poder. No contexto em questão, os militares, que temendo revoltas, baniram o método educacional tido como “prática para a liberdade” pondo em seu lugar um ensino fragmentado e cujo aprendizado se dava por métodos de repetição mecanizada, prática que contribuiria para a formação do operário da linha de montagem.

Mesmo após o fim do Regime Militar, os ideais de utilização da sala de aula como centro de doutrinação para a futura atividade laboral permaneceram. Prova disso é a Lei Nº

9.394 de 1996, última das três LDB's que deixa claro a que a intenção do Sistema Educacional no país é preparar o aluno para o mercado de trabalho.

## **2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO CAMPO EDUCACIONAL**

As Grandes Navegações e as Descobertas Marítimas, segundo afirmam muitos historiadores, foram os acontecimentos responsáveis pelo surgimento da globalização. Isso porque nos séculos XV e XVI, época em que esses eventos ocorreram, os europeus começaram a ter contato com outros povos, firmando com eles relações comerciais que podem ser consideradas a origem desse processo que hoje aproxima, cada vez mais, mercados e pessoas em todo o mundo.

E se viagens com caravelas proporcionaram o nascimento desse processo, já que permitiram o contato comercial entre os povos, o avanço tecnológico ocorrido nos últimos anos do século XX, sem dúvida, foi o responsável pela expansão e consolidação da globalização.

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-se e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária (SANTOS, 2003, p. 23).

A partir dessa integração, a humanidade começava a trilhar um caminho sem volta de conexão econômica, social, cultural e política que acontece entre vários países do mundo, para atender aos anseios do capitalismo.

O advento que deu origem à globalização foi apenas uma manifestação inaugural do que viria a ser o capitalismo. Prova disso é o fato de que, na segunda metade do século XVIII, de comercial ele passa a ser industrial, com o advento da máquina a vapor e posteriormente à produção em série. Iniciava-se aí a Revolução ocorrida na Inglaterra e que consolidaria definitivamente a transição do feudalismo para o capitalismo, já que, em lugar das relações servis, tínhamos agora as assalariadas que se tornavam universais.

Nesse momento, com a não intervenção do Estado na economia, a força de trabalho passa a ser tratada como mercadoria. Uma mercadoria pela qual a burguesia pagaria o que quisesse para obter, havendo apenas a regulação do próprio mercado. Além dos homens e mulheres, até mesmo crianças tiveram sua força de trabalho explorada e o desemprego passou a ser a porta de entrada para todas as outras mazelas sociais.

Apesar disso, o liberalismo trazia consigo o paradoxo de um Estado omissivo em relação às questões econômicas e ao mesmo tempo responsável por absorver e contabilizar as moléstias ocasionadas por sua própria omissão. Esse foi o resumo do Liberalismo Econômico, defendido pela burguesia, já que o Estado não intervindo em na economia, não afetaria sua busca pelo lucro.

A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. [...] O Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão de obra para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo (HÖFLING, 2001, p. 37).

Não foi nesse cenário que a educação surgiu, já que sua história perpassa toda a existência da humanidade. Contudo, nesse momento, ela passa a ser utilizada como mecanismo de manutenção das classes dominantes, tal como já foi dito anteriormente.

### **3. AS INFLUÊNCIAS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR – O PAPEL DO PROFESSOR**

Certamente a globalização, com todas as mudanças que provocou na sociedade, acabou tornando mais árduo o trabalho do professor. Isso porque o trabalho do profissional docente sempre refletirá na sala de aula o que deseja a sociedade. E, num cenário globalizado, muitas são as exigências do futuro profissional, recaindo sobre os ombros do professor a responsabilidade de formar essa nova massa trabalhadora que o mercado passa a exigir.

Dessa forma, será o professor do Ensino Superior aquele a presenciar com mais proximidade todas as angústias desses futuros profissionais, no tocante às qualificações que lhes são exigidas.

Não é raro presenciarmos vagas que acabam não sendo preenchidas devido à falta de qualificação dos interessados. São cobrados níveis de conhecimentos que vão além da já previsível graduação e, até mesmo, de estudos posteriores. Hoje, um aspirante a uma vaga no mercado de trabalho, deverá também apresentar em seu currículo a fluência em uma segunda língua, preferencialmente a inglesa, em se tratando de multinacionais, conhecimento elementar em informática, que envolve o domínio de software de certa complexidade, tais como editores

de texto (Word), planilhas (Excel), gráficos e imagens (Power Point), dentre outros, sem os quais se torna impossível desempenhar qualquer trabalho administrativo em um escritório, por exemplo.

Dessa forma, tal como Enguita (1989) aponta em seus estudos que hoje já se busca suscitar no aluno um nível mais elevado de sua formação, de modo a incitar nele uma postura mais independente, que busca a iniciativa e a criatividade.

No nível mais baixo os estudantes são socializados em uma atitude de submissão às normas e às autoridades; no mais alto procura-se estimular neles uma atitude de iniciativa ou interiorização das normas (uma disciplina interna mais que externa); no intermediário produz-se um tipo de socialização mista (ENGUITA, 1989, p. 152).

Diante da nova realidade que se apresenta, pouco contribuiria para a formação do aluno um professor que apenas os informa, transmitindo dados e reproduzindo conceitos já expressos por autores renomados e de livre acesso a todos. Isso porque, os alunos do Ensino Superior, de fato, não são carentes de informação, já que ela foi democratizada devido à globalização. Logo, o próprio aluno tem condições de acessar todas essas informações por meio da internet ou de uma visita à biblioteca.

Portanto, apesar de fazer parte de seu ofício docente informar, o papel do professor não se limite aí. Transmitir conhecimento requer a habilidade de gerir essas informações de modo que ela se torne significativa para cada um de seus alunos.

O professor, ao entrar em sala de aula, deverá estar ciente de que o sucesso do processo de ensino-aprendizagem dependerá fundamentalmente de uma “negociação de saberes”. Saberes esses já trazidos pelos alunos que deverão ser enriquecidos com os saberes próprios da disciplina ali ministrada. Dessa forma, o prévio conhecimento de mundo do aluno deverá ser respeitado e valorizado, para que ocorra o desenvolvimento de novas potencialidades nesse educando.

É necessário também ao professor estar atento às questões de seu tempo, já que não lhe basta mais apenas o conhecimento de sua área do saber. O profissional docente deverá ter conhecimento das novas tecnologias para utilizá-las em sala de aula e, também, ser capaz de correlacionar sua disciplina com a realidade prática do estudante, possibilitando a este o reconhecimento da importância para sua vida da matéria estudada em sala de aula.

Assim nos alerta Gil, (2008, p. 225) “O sucesso na utilização da tecnologia educacional tem muito a ver com as habilidades do professor, com suas atitudes em relação ao seu uso e com o tempo de que dispõe para sua preparação”. Nesse sentido, na maioria dos casos, o

trabalho do professor começa efetivamente muito antes de seu ingresso em sala de aula. Já que lá irá ocorrer apenas a finalização de todo um processo que envolve estudo e atualização constantes, montagem de material, para finalmente se chegar à realização de cada aula.

Qualquer mudança importante na escola e na universidade passa – com certeza – pela qualificação docente. O professor precisa do direito de estudar, tanto assim que em seu contrato (em geral para “dar aula”) deveria constar igualmente horas de estudo. Tudo o que queremos na vida é o aluno que sabe pensar. Mas não podemos esquecer que ele é a imagem e semelhança de um professor que sabe pensar (DEMO, 2008, p. 127).

Assim, independente de todo aparato tecnológico que o professor pode e deve utilizar em sala de aula, nada substitui sua habilidade de ensinar. Aparatos tecnológicos podem enriquecer o ensino em sala de aula em muitos aspectos. Contudo, por si só, nada podem acrescentar. O sucesso da utilização de tecnologia aliada à atividade docente está justamente no preparo do professor. Tanto de seu conhecimento para lidar com todos esses recursos, quanto do tempo que esse professor dedica à preparação de suas aulas.

Isso requer estudos constantes do professor que, a certa altura de sua trajetória, deverá ser capaz de ir além da transmissão do conhecimento. Deverá ser capaz de traduzir esse conhecimento, com resignificações constantes para a realidade daquele aluno que a ele se apresenta. Esse processo requer, inclusive, a capacidade de correlação de sua disciplina com as demais, de modo a desenvolver uma visão crítica daquela e, mais importante do que isso, do mundo que o rodeia.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Indubitavelmente, os efeitos do processo de Globalização puderam ser sentidos em todos os setores da sociedade. Mas foi no campo educacional que exerceu grande influência. Isso porque ao impor uma nova forma de se viver, passou a exigir uma nova forma de se ensinar. Temos aí, o profissional docente como principal responsável por esse processo de transformação.

Nessa investigação, mesmo que por meio de breves linhas históricas, quis-se expor a educação a serviço do capital, exibindo sua face mais perversa. Nesse cenário, o professor, com sua postura ditadora na sala de aula, foi o principal responsável por assemelhar esse espaço a quartéis gerais, sendo mais importante domar o comportamento do aluno que despertar seu senso crítico.

E se, desde as sociedades primitivas, as crianças e adolescentes já recebiam certos treinamentos para a vida adulta, na era industrial esse tratamento passou a ser indispensável para preparar o futuro operário, domando seu instinto e promovendo nele o letramento necessário para mantê-lo onde está.

No Brasil, dada sua industrialização tardia, educar para a fábrica significa um salto rumo ao esclarecimento de uma massa camponesa analfabeta. Contudo, não se verifica nenhuma outra finalidade mais aprofundada nos propósitos educacionais do país do que preparar o aluno para o mercado de trabalho.

Toda essa trajetória da educação tem como pano de fundo o Capitalismo que conduz à Globalização, processo de conexão econômica, social, cultural e política que acontece entre vários países do mundo, para atender aos anseios do próprio sistema.

No campo educacional a influência da globalização exigiu uma nova forma de se educar, o trabalho do professor, sem dúvida, acabou por se tornar mais árduo. Em especial o professor de Ensino Superior, já que é ele que presencia com mais proximidade todas as angústias dos futuros profissionais, no tocante às qualificações que lhes são exigidas, tais como: fluência em língua estrangeira, conhecimento em informática, além da previsível graduação e estudos posteriores. Isto impede o preenchimento de vagas pela grande maioria dos alunos.

Logo, diante dessa nova realidade que se apresenta, pouco contribuirá para a formação do aluno um professor que apenas o informe, sem promover a gestão do conhecimento de modo a torná-lo significativo e útil.

Nesse sentido, é necessário que o professor assuma uma postura didática capaz de ensinar ao mesmo tempo em que valoriza o conhecimento já trazido pelo próprio aluno. E, nessa perspectiva, proporcional ao aluno o desenvolvimento de novas potencialidades capazes de auxiliá-lo em sua vida acadêmica e profissional.

Trata-se, portanto, de um ato de doação constante que implica em atualizar-se constantemente, estar informado sobre aos acontecimentos da atualidade e ser capaz de correlacionar sua disciplina com esses acontecimentos, reinventando sua metodologia de ensino a cada nova aula para traduzir o conteúdo de modo a correlacioná-lo com realidade daquele aluno que a ele se apresenta.

## **REFERÊNCIAS**

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

ENGUIITA, Mariano: Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do Ensino Superior.** São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas). Sociais.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 27 fevereiro 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, Eliane M.T.; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil.** 3.ed. Belo Horizonte: 2003.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 19.ed. Autores Associados, 2003.

TRINDADE. Hélgio. (Org.), **Universidade em Ruínas na República dos Professores.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Vozes, 2000.